

02 JUN 2015

GAZETA DO POVO

Juiz condena Romanelli e Nereu Moura por contratar fantasmas na Assembleia

Decisão determina perda da função pública e suspensão de direitos políticos. Cabe recurso

Katna Baran

Os deputados estaduais Nereu Moura e Luiz Claudio Romanelli, ambos do PMDB, foram condenados pelo juiz Roger Vinicius Pires de Camargo Oliveira, da 3.ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba, por ato de improbidade administrativa pela contratação de funcionários fantasmas na Assembleia Legislativa. Cabe recurso contra a decisão, proferida na quarta-feira (27). Os danos somariam R\$ 317.346,48.

Na sentença, Oliveira condena Nereu a ressarcir o dano causado ao erário, com valores atualizados; perda da função pública; suspensão dos direitos políticos por dez anos; e proibição de contratar com o poder público ou receber incentivos por igual período. Romanelli recebeu a mesma pena, mas com prazos diferentes: teve os direitos políticos suspensos por oito anos e não pode contratar com o poder

público por cinco anos.

Na mesma ação, três outras pessoas também foram condenadas: Paulo Gomes Junior, então chefe de gabinete da liderança do PMDB; Rosângela Chrispim Calixto e Tani Lemos do Padro Colaço, também funcionárias da Casa. Eles teriam atuado como intermediários na contratação de funcionários fantasmas no gabinete do partido entre julho de 2000 e março de 2001, conforme denúncia do Ministério Público.

Uma das fantasmas citadas na ação é Elza Chrispim Calixto (mãe de Rosângela), que era empregada da família do senador Roberto Requião (PMDB). Ela foi nomeada em setembro de 2000 para um cargo em comissão no gabinete da liderança do PMDB. Ela afirmou em depoimento que não sabia da nomeação e que nunca exerceu qualquer função na Casa, além de não ter recebido salários da Assembleia.

Outros cinco parentes dos réus teriam sido contratados pela liderança do partido, mas nunca exerceram as funções no gabinete. Conforme a sentença, os salários dos fantasmas eram depositados nas contas dos deputados e dos demais condenados. Além da ação cível, tramita um processo penal que trata do caso.

Outro lado

Os deputados dizem que vão recorrer. "É uma decisão absurda. O juiz não levou em conta o resultado da perícia judicial, que comprova que a minha assinatura foi falsificada. Além disso, a própria funcionária fantasma disse, em depoimento, que nunca me viu, que nunca esteve comigo", disse Nereu Moura.

Já Romanelli afirma que não ocupava qualquer função pública à época dos fatos. "Sou inocente. Fui envolvido de forma indevida nesse episódio, por minha relação com o Paulo Gomes. Somos amigos há anos; fui padrinho de casamento dele. Tanto que, na esfera criminal, o Ministério Público me excluiu da ação." A reportagem procurou os advogados dos demais condenados, mas não os encontrou.

02 JUN 2015

GAZETA DO POVO

TJ adia novamente julgamento que pode reconduzir Maurício Requião ao TC

▮ Pela segunda vez em um mês, o Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ) adiou por 15 dias a apreciação do mandado de segurança que pode reconduzir o ex-secretário de estado Maurício Requião ao cargo de conselheiro do Tribunal de Contas (TC). Ele tenta retomar o posto desde 2009, quando a Justiça considerou que sua nomeação caracterizava nepotismo – Maurício é irmão do senador Roberto Requião (PMDB), então governador do estado. A assessoria do TJ não soube explicar por que o julgamento foi adiado pela segunda vez. Na sessão de 18 de maio, o relator do mandado de segurança, desembargador Antonio Loyola Vieira, não estava presente, o que ocasionou o 1º adiamento. O julgamento pode mudar a composição do TC se os desembargadores determinarem que Maurício deve reassumir uma cadeira no órgão. Há um ano, o Ministério Público (MP) foi chamado a opinar no processo e considerou que Maurício tem direito a reassumir o cargo, mas que o atual ocupante da cadeira, conselheiro Ivan Bonilha, também não deve deixar o TC. Assim, Maurício assumiria a próxima vaga a ser escolhida pela Assembleia Legislativa, em outubro de 2017.

02 JUN 2015

GAZETA DO POVO

Família de Bárbara vai

processar o Estado

Geovania da Silveira, mãe da jovem de 16 anos morta em outubro de 2014 após ser atingida por um tiro disparado por um policial militar, critica o despreparo da PM

Rodrigo Batista

Amãe da adolescente Bárbara Silveira Alves, morta aos 16 anos após ser atingida por um tiro disparado por um policial militar no bairro Santa Cândida, em Curitiba, vai entrar com uma ação na Justiça contra o governo do Paraná. Geovania da Silveira vai pedir indenização pela morte da filha, que ocorreu no dia 1.º de outubro de 2014.

O advogado de Geovania, Daniel Bittencourt, afirmou que deve entrar nos próximos dias com a ação na Vara da Fazenda Pública. O processo deve chegar ao Judiciário alguns dias depois de uma decisão do Tribunal do Júri de Curitiba que desclassificou a acusação contra o soldado Marcio Augusto Cardoso de Paula, que disparou o tiro que atingiu a adolescente, e

retirou o processo por homicídio doloso. “Estávamos esperando a decisão do júri criminal para ter o depoimento das testemunhas e pedir a indenização”, diz.

Geovania quer a condenação do Estado em virtude das supostas falhas cometidas pelo agente. Ele e outros dois policiais tentavam deter um homem que assaltou um restaurante no bairro Santa Cândida. Bárbara passava pela mesma rua em que havia ocorrido o assalto ao estabelecimento por volta do meio-dia. Ela foi atingida nas costas, chegou a ser socorrida, mas não resistiu e morreu no Hospital Cajuru. “Estou processando o Estado porque considero um despreparo do policial o que aconteceu com a minha filha”, diz Geovania.

Ela diz que já esperava que o policial não seria condenado na Justiça comum. “Eu já imaginava que ele ficaria impune. Não o conheço e meu assunto não é com ele, é com o Estado. Se a Justiça diz que ele não teve culpa, quem sou eu para dizer algo contra? Melhor deixar com a justiça de Deus”, afirma.

O processo contra o soldado foi desclassificado na última sexta-feira (29). No despacho, o juiz Daniel Surdi de Avelar cita que o Ministério

Público do Paraná (MP-PR), que havia entrado com a ação por homicídio doloso, pediu a desclassificação. O magistrado afirma ainda que o acusado não tinha como “antever a realização do resultado desvalioso” e que elegeu o “melhor momento para agir contra os assaltantes”. “Por uma fatalidade [o soldado] atingiu a vítima que se encontrava a mais de 70 metros do local onde foram desferidos os disparos”.

Com isso, o processo seguirá na Justiça Militar, onde o agente já era alvo de um processo pelo caso por homicídio culposo (quando não há a intenção de matar). Segundo o advogado do soldado, Gustavo Hassumi, os dois processos foram unidos e remetidos à Justiça Militar, que deve analisar se o acusado agiu em legítima defesa ou se teve culpa por atitude negligente. Caso seja condenado, pode pegar de um a três anos de prisão.

Procurado, o MP-PR informou que o promotor do caso está de férias, volta apenas semana que vem e, portanto, não poderia comentar o assunto.

02 JUN 2015

GAZETA DO POVO

Mortes em confrontos com a Polícia Militar crescem 24% no Paraná em 2014

Dados aos quais a **Gazeta do Povo** teve acesso revelam ainda que a média mensal de óbitos aumentou durante o mandato de Francischini na Sesp

Diego Ribeiro

▮ O número de mortes em confronto com policiais militares aumentou 24% no Paraná em 2014 em relação a 2013. Foram 178 óbitos motivados por supostas resistências à prisão.

Os dados são oficiais, repassados por fonte ligada às polícias Civil e Militar do estado. A Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária (Sesp) não costuma divulgar esses números periodicamente.

Os dados também revelam que a média mensal de mortes em confronto subiu bastante nos primeiros cinco meses de 2015, período no qual o deputado federal Fernando Francischini administrou a pasta.

Noventa pessoas morreram dessa maneira de janeiro a maio deste ano, ou seja, 18 mortes por mês — em 2014, foram 14,8 mortes/mês. No período em que esteve à frente da Sesp, diversas vezes Francischini parabenizou em sua página no Face-

book os policiais que mataram em serviço. Incluindo os primeiros dias do mandato do deputado, o resultado final de sua gestão é de 101 óbitos.

Se o ritmo de mortes em confronto se mantiver pelos próximos cinco meses, 2015 ficará marcado como o período que registrou mais mortes em confronto nos últimos anos.

Especialistas ouvidos pela reportagem apontam vários fatores que contribuem para a alta letalidade policial. Entre elas estão a falta de transparência no processo que investiga esses casos, a pouca ação da Corregedoria, o baixo controle externo da sociedade civil e um comando que incentiva, mesmo que subjetivamente, a política do “bandido bom é bandido morto”.

Para o diretor do Instituto Sou da Paz, Ivan Marques, que acompanha as taxas de letalidade policial no país, a natureza da função, com exercício da hierarquia e disciplina, coloca o cargo de comando, como a do secretário da Segurança, em posição de exemplo para a tropa. “Se, mesmo que subjetivamente, quem está neste cargo incentiva essas situações, é um sinal verde para que se cometam essas ações.”

O coordenador do Centro de Estudos da Violência e Direitos Humanos da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Pedro Bodê, acredita que as postagens do ex-secretário no Facebook colaboraram para alta

neste ano, mas lembra que o problema é maior e está enraizado na cultura brasileira.

Segundo ele, essas mortes não geram consequências boas para nenhum dos lados envolvidos. “O aumento dos confrontos faz crescer também o risco para os policiais, já que torna a criminalidade também mais violenta”, comenta Bodê.

De acordo com o especialista, os policiais de elite acabam levando vantagem nesses casos, pois têm treinamento mais especializado, mas a maioria não está preparada para participar de confrontos.

CONTINUA

NA BALA

Período em que deputado federal Fernando Francischini passou pela pasta é o que registrou mais mortes em confronto com a PM nos últimos anos. A média mensal saiu de 14,8 para 18 mortes em confronto com a PM em 2015.

	mortes	média mensal	
2012	165	13,7	††††††††††††††††††
2013	143	11,9	††††††††††††††††
2014	178	14,8	††††††††††††††††††
2015*	90	18,0	††††††††††††††††††††††

101 mortes registradas no período em que Francischini estava a frente da Secretaria de Segurança Pública do Paraná – de dezembro a 22 de maio deste ano

*até 22 de maio deste ano
A reportagem considerou os 22 dias de maio como um mês inteiro. É possível que mais pessoas tenha morrido em confronto até a reportagem ser publicada. Mas, se ninguém morrer em confronto com a PM até o fim de maio, a média mensal de 2015 já é bem mais alta do que as dos anos anteriores.

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública e Redação. Infografia: GP.

O QUE DIZ FRANCISCHINI

Em nota, o ex-secretário estadual da Segurança disse o seguinte: "Fico com a sensação do dever cumprido por ver que na minha gestão à frente da Segurança Pública quem morria eram os bandidos e não as pessoas de bem. Espero que os policiais, que arriscam suas vidas no confronto com criminosos, continuem cumprindo com firmeza e legalidade suas missões. Fico satisfeito de ver que até os defensores dos direitos humanos de bandidos são meus seguidores no Facebook. Podem aprender a defender também os direitos humanos das vítimas e dos policiais mortos em confrontos."

O QUE DIZ A SESP

A Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária afirmou, por meio de nota, que o confronto é o último estágio que a polícia tem "como foco de prevenção". Segundo a pasta, a polícia tem reavaliado o posicionamento do patrulhamento ostensivo e de unidades especiais conforme horário e local de maior incidência criminal. "Somado a indicativos do Departamento de Inteligência que permite que a polícia esteja mais bem posicionada para prevenir a ação de criminosos", afirmou o texto da nota.

PONTO DE VISTA

Comandante da PM afirma que morte de bandido não pode ser o foco de policiais

Diego Ribeiro e Rodrigo Batista

O comandante da Polícia Militar do Paraná, Maurício Tortato, afirmou que determinou uma avaliação para que a polícia possa atuar de maneira menos letal. De acordo com o coronel, que assumiu o comando recentemente, a morte de bandidos não pode ser o foco dos policiais, mas sim a defesa da sociedade. "Ainda que tenhamos de admitir que, no uso legítimo da força em prol da segurança, tenhamos esses resultados, não pode ser uma ação deliberada", disse. Tortato ressaltou que a doutrina da PM é pautada pela defesa da sociedade, pelo uso progressivo da força, absoluto respeito aos direitos, à cidadania e à preservação da vida. "Não queremos enquanto instituição o resultado morte ou o passivo humano de qualquer natureza em relação a essas situações", comentou. Sobre eventual influência das postagens do ex-secretário na ação policial, Tortato disse que pode acontecer, mas a percepção de uma ou outra autoridade a respeito dessa questão não pode ser determinante para o emprego operacional. Ele afirmou ainda que seria leviano estender a análise. Sobre os dados apresentados, ele preferiu não fazer uma análise, mas prometeu que faria balanços sobre a atuação da PM em confrontos.

02 JUN 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Policiais participaram de quase mil confrontos em três anos

Entre 2011 e 2013, o Paraná registrou seis confrontos por semana. Foram 935 circunstâncias em que um ou mais policiais militares teriam precisado atirar para conter os suspeitos.

A reportagem teve acesso exclusivo a outro relatório, desta vez da 2.ª Seção do Estado Maior da Polícia Militar do Paraná.

O documento aponta que 11 policiais militares morreram no mesmo período em confronto durante o serviço. Além disso, mostra que 50 ficaram feridos. O número de pessoas civis consideradas suspeitas que ficaram feridas nestes confrontos é de 383 nos três anos.

Para os especialistas ouvidos pela reportagem, o desafio de conter a alta letalidade policial passa pela mudança na cultura brasileira. “A massa clama por vingança e não por justiça. Bandido bom é bandido que é investigado, denunciado e preso, se condenado. A mudança passa pelo reconhecimento e confiança no sistema de segurança pública”, disse o diretor do Instituto Sou da Paz, Ivan Marques.

Para ele, esse processo passa pela transição das polícias para o ciclo completo — em que o policial que está na rua, no caso brasileiro a PM, é quem registra e investiga os crimes de menor potencial ofensivo, como o furto.

O coordenador do Centro de Estudos da Violência e Direitos Humanos da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Pedro Bodê, defende também a desmilitarização da polícia e acredita que ela é parte do problema, pois incentiva o corporativismo e defende um processo punitivo apenas para a base policial.

“É preciso cobrar o Ministério Público para que excessos sejam apurados e combater o corporativismo para mudar a cultura”, ressalta. (DR)

“O aumento dos confrontos faz crescer o risco para os policiais, já que torna a criminalidade violenta.”

Pedro Bodê, coordenador do Centro de Estudos da Violência da UFPR.

02 JUN 2015

GAZETA DO POVO

NOTA POLÍTICA

Foto polêmica



O governador **Beto Richa (PSDB, foto)** publicou nesta segunda-feira (1º) na sua página no Facebook uma foto enquanto doava sangue. "Doar sangue, um gesto simples de solidariedade que pode fazer a maior de todas as diferenças: salvar vidas", escreveu na rede social. A foto repercutiu e gerou mais de 4 mil comentários – muitos refletiram o mau momento político pelo qual passa o governador. Internautas lembraram do confronto entre servidores e policiais do dia 29 de abril e questionaram o interesse político na publicação da foto. "Ele tirou essa foto para incentivar as pessoas a doarem. Parem de criticar", escreveu uma internauta.

02 JUN 2015

GAZETA DO POVO

» OPERAÇÃO PUBLICANO

Delator da corrupção na Receita vai devolver R\$ 20 mi

LONDRINA
Fábio Calavara,
do jornal de Londrina

▮ No acordo de delação premiada que firmou com Ministério Público (MP), o auditor fiscal da Receita Estadual Luiz Antonio de Souza se propôs a devolver aos cofres estaduais cerca de R\$ 20 milhões. Além de Souza, outras pessoas da família dele — como a irmã e também auditora Rosângela Semprebom — firmaram acordo de delação premiada. Irmãos, esposa, sogra e até mesmo a mãe do auditor prestaram depoimento ao Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), braço policial do MP. As informações foram confirmadas nesta segunda-feira (1.º) pelo advogado do auditor, Eduardo Ferreira, em entrevista à RPC.

Souza é acusado de fazer parte do esquema de cobrança de propina na Receita em troca de não cobrança de impostos estaduais devidos por empresas paranaenses.

Dentro dos acordos de delação premiada, a devolução de parte do patrimônio amealhado por Souza por meio de propina foi proposta pela defesa do auditor. O advogado pediu a alienação antecipada de bens de Souza. Na prática, o valor das duas propriedades rurais localizadas no Mato Grosso, estimado em R\$ 20 milhões, deve ser devolvido aos cofres públicos. Além das fazendas, "outros procedimentos financeiros devem ser contemplados para a

compensação do estado", disse o advogado, sem detalhar quais seriam tais procedimentos.

Primeiro a falar

Souza foi o primeiro auditor a fechar acordo de delação premiada nas investigações da Operação Publicano. Ele revelou informações sobre um suposto esquema de arrecadação de R\$ 2 milhões em propina para alimentar a campanha do governador Beto Richa (PSDB) à reeleição. O governador e o partido negam a acusação.

Novas pessoas

O advogado Eduardo Ferreira disse ainda que a irmã de Souza, Rosângela Semprebom, trouxe vários casos novos às investigações do Gaeco. "Além dos já detalhados pelo irmão e corroborados pelo depoimento dela, ela trouxe novos elementos ao MP que estão sendo investigados. Novas pessoas, novas empresas, novos empresários, novos fatos, novas situações fáticas trazidas que o irmão não tinha trazido até então", declarou.

Sobre a construção de provas contra as pessoas que estão sendo acusadas, Ferreira disse que tal tarefa cabe ao MP e não à defesa. Mas ele disse acreditar que o MP "tem sido pródigo em encontrar elementos documentais sobre tudo aquilo que já foi dito".

Próximos passos

Procurado pela reportagem, o promotor do Gaeco Jorge Barreto disse não poder dar detalhes sobre os acordos de delação premiada firmados por Souza e familiares.

OUTRA ACUSAÇÃO

Defesa do auditor vai alegar que crime sexual não foi consumado

LONDRINA
Fábio Silveira, do jornal de Londrina

▮ A defesa do auditor fiscal Luiz Antônio de Souza vai tentar evitar a primeira condenação dele por favorecimento à prostituição de adolescentes alegando que o programa que ele fazia com a adolescente no dia 13 de janeiro, quando foi preso em flagrante, não foi consumado. De acordo com o advogado Eduardo Duarte Ferreira, que defende o auditor fiscal, Souza foi preso no momento em que desceu do carro, na garagem do motel e antes de entrar no quarto, onde faria sexo com a adolescente. Além disso, a defesa alega que o flagrante só foi possível por causa de uma quebra de sigilo telefônico feita em outra investigação, a do esquema de corrupção organizado por auditores fiscais, contadores e empresários, que deu origem à Operação Publicano.

GAZETA DO POVO

O fantasma do “tratoração”

Apenas acelerar o processo de tramitação dos projetos através da supressão do debate é pernicioso e enfraquece a democracia

Pouco menos de três meses depois de ter aprovado o fim do regime de comissão geral — o famigerado “tratoração” —, mecanismo que permitia a tramitação em tempo recorde de projetos, a Assembleia Legislativa do Paraná pode ressuscitar a medida com nova roupagem. Pela proposta, feita pelo corpo técnico da Alep, os projetos submetidos em regime de urgência poderiam ser votados mesmo sem o aval das comissões temáticas responsáveis por sua análise, formato semelhante ao da comissão geral, usada pela última vez em 10 de fevereiro, na sessão que tentou aprovar medidas do pacote de ajuste fiscal do governo estadual.

Atualmente, todo projeto antes de entrar na ordem do dia precisa antes receber o parecer prévio das comissões, onde os temas podem ser debatidos e analisados e alterações podem ser sugeridas. Como cada projeto tem de passar por diversas comissões — o número varia de acordo com o teor da matéria —, a votação em plenário costuma demorar. Por isso, os técnicos da Alep pensaram num “jeitinho” de acelerar as coisas, propondo que os projetos que tramitem em regime de urgência só poderão ter vista concedida pelo prazo “improrrogável” de duas horas, bem menor que o atual, que é de um dia.

Também foi proposto que se as comissões não emitirem seu parecer sobre propostas em regime de urgência em 48 horas — como prevê o regimento interno da Casa —, os projetos entrariam na ordem do dia para votação em plenário. Caberá à Comissão Especial de Reforma do Regimento Interno da Alep avaliar as sugestões e incluí-las ou não no projeto de reforma que será votado pelos deputados. A análise deve ser concluída até o final de junho.

Embora seja necessário que existam formas de dar maior agilidade à tramitação de propostas urgentes — no âmbito estadual não existe mecanismo parecido com as medidas provisórias usadas pelo Executivo federal —, é preciso preservar e valorizar o debate entre os legisladores e também com a sociedade. Apenas acelerar o processo pela supressão do debate é pernicioso por não dar espaço para emendas e alterações que possam aprimorar as propostas. Afinal, é justamente esse o papel do Legislativo: propor, debater, aprimorar e votar medidas que atendam ao interesse público.

Mesmo diante de propostas antipáticas ou polêmicas, não é correto fugir da discussão por medo da reação dos próprios pares ou da população. O ideal democrático pressupõe que através do diálogo e do debate se chegue ao convencimento da maioria e conseqüentemente à aprovação da medida. Quando se torna mero figurante, votando e aprovando tudo o que lhe é proposto sem nada debater, o Legislativo perde sua razão de ser. As comissões temáticas da Alep também acabariam enfraquecidas com a ressurreição do “tratoração”. Hoje elas possuem importante papel na análise dos projetos de lei, mas poderiam deixar de ser ouvidas justamente naqueles que tramitam em regime de urgência, que, normalmente, possuem conteúdo não só urgente, mas delicado, e que precisariam de tempo para poder ser melhor avaliados.

Além disso, a fórmula do “tratoração” ajuda a aumentar ainda mais a antipatia da população por projetos que por si só já são polêmicos, como o aumento de IPVA e ICMS, concessão de auxílio-moradia aos juízes paranaenses e a criação da Fundação Estatal em Saúde (Funeas), todos aprovados através de comissões gerais. A tentativa frustrada da votação do pacote de medidas do ajuste fiscal do governo estadual em fevereiro desde ano foi outra prova de que o modelo precisava ser descartado. Indignados por saberem que a proposta seria analisada através de uma comissão geral, servidores públicos invadiram a Alep, suspendendo a sessão. Foi justamente por causa do lamentável episódio que os próprios parlamentares reconheceram o repúdio geral da população contra o mecanismo e decidiram dar fim a ele. Seria um grande erro retomá-lo agora.

Felizmente, parece que os deputados estão cientes de quão pernicioso seria ressuscitar o “tratoração”. O deputado Pedro Lupion, presidente da comissão que estuda as propostas de reforma do regimento da Alep, disse que as sugestões do corpo técnico da Alep foram aceitas para análise, mas não devem ser aprovadas. “Os deputados não vão acatar de jeito nenhum”, garantiu. Esperemos que o prognóstico de Lupion se confirme e o “tratoração” e as tristes lembranças que ele evoca sejam sepultados de vez e nunca mais retornem.

02 JUN 2015

GAZETA DO POVO

Defesa de curitibano preso no Peru pedirá a liberdade provisória

| *Felippe Aníbal*

A defesa do piloto curitibano Asteclínio da Silva Ramos Neto, de 28 anos, chegou na segunda-feira (1.º) ao Peru, onde o rapaz está preso há um mês e meio. Ele pilotava um avião de pequeno porte abatido pelas Forças Armadas peruanas, que suspeitaram que a aeronave transportava drogas. O advogado Rodrigo Fauz adiantou que vai pedir a liberdade provisória do brasileiro.

“Vamos entrar com este pedido, para que ele responda às acusações em liberdade. Toda a operação que culminou com o abatimento do avião ocorreu fora dos padrões e não havia droga na aeronave”, disse o advogado, especialista em direito penal internacional.

O defensor se reuniu com o embaixador brasileiro em Lima, Carlos Lary Teixeira. Com apoio do Itamaraty, o advogado e a mãe de Ramos Neto em-

barcaram em direção a Huncayo, cidade mais próxima de Satipo, onde se localiza o presídio em que o curitibano está preso. Nesta terça-feira (2), a defesa do brasileiro deve se reunir com o juiz e com o defensor público que acompanham o caso. “O próprio embaixador [Teixeira] disse que vai fazer o possível para que a questão seja resolvida e para que os direitos do Asteclínio [Ramos Neto] sejam assegurados”, destacou o advogado.

Apesar disso, as condições de saúde do curitibano preocupam. Quando a aeronave foi abatida, Ramos Neto foi atingido por tiros no braço e no abdome. O piloto foi socorrido em estado grave e ficou por mais de uma semana em coma. Assim que recebeu alta médica, foi encaminhado ao presídio de Satipo, considerado o mais superlotado do Peru. “A família dele está bastante angustiada, principalmente por causa das incertezas quando ao estado de saúde. Ele tem uma bala alojada no abdome, que pode causar complicações. Precisamos que ele seja avaliado com urgência”, apontou Fauz.

Por meio de nota, o Itamaraty informou que, por meio da Divisão de Assistência Consular e da Embaixada em Lima, está “prestando toda a assistência cabível” ao brasileiro.

02 JUN 2015

GAZETA DO POVO

Governo busca alternativa para a maioria penal

Ministros irão criar uma proposta para se contrapor à que reduz para 16 anos a punição de jovens por crimes, em discussão na Câmara Federal

A presidente Dilma Rousseff (PT) criou, nesta segunda-feira (1º), uma comissão de ministros que vai elaborar a proposta do governo para se contrapor à emenda constitucional que reduz a maioria penal de 18 anos para 16 anos, em discussão na Câmara dos Deputados. O ministro da Secretaria de Comunicação Social, Edinho Silva, disse que a ideia do governo é sugerir medidas de combate à impunidade, o aumento da pena dos adultos que cooptarem adolescentes para crimes e políticas de inclusão social.

“A presidente Dilma pediu que a Casa Civil coordene um grupo ministerial que possa, além do que já tem sido pensado e elaborado, pensar outras medidas no sentido de combater a impunidade e aumentar a pena dos adultos que se utilizam dos adolescentes para a prática criminosa”, afirmou Edinho.

Segundo ele, o Ministério da Justiça já elabora as

propostas, mas o trabalho terá agora a participação de outras pastas. O ministro insistiu no discurso do governo de que, em vez de reduzir a maioria penal, é preciso investir no combate à impunidade, no aumento da pena dos adultos que utilizam adolescentes para prática criminosa e na educação, na cultura e na inclusão social para diminuir o ambiente de criminalidade. Esse é o discurso da presidente.

Em votação

Edinho evitou polemizar com o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que pretende colocar a proposta em votação, incluindo no texto um referendo.

“Nesse sentido, o governo respeita o Poder Legislativo, mas todos sabem que o governo da presidente Dilma tem uma outra posição. O governo da presidente Dilma não acredita que a redução da maioria penal vá reduzir a criminalidade no Brasil”, afirmou o ministro.

Edinho disse que países onde houve redução da maioria penal não conseguiram diminuir a criminalidade. Para o ministro, o governo federal tem de se articular com estados e municípios para adotar políticas de inclusão social e de

melhoria na educação, na formação profissional e na cultura dos jovens.

Ele, porém, disse não ver na proposta em discussão na Câmara dos Deputados um retrocesso. “Não digo que é retrocesso, mas não resolverá. Essa é a posição do governo. Não é dessa forma que reduziremos a criminalidade.”

REPERCUSSÃO

União deveria ter montado o grupo há 22 anos, diz Cunha

O presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), criticou o governo por sugerir a criação de um grupo de trabalho para propor alternativa de punições a menores de 18 anos para evitar a redução da maioria penal para 16 anos. “A Câmara tem o seu processo legislativo que não vai interromper porque o governo monta grupo”, disse Cunha. “O governo já deveria ter montando um grupo quando a 22 anos atrás foi colocado o processo [de tramitação da redução]”, afirmou. Cunha sugeriu a realização de referendo sobre a maioria, após o Congresso aprovar a redução por meio de uma proposta de emenda à Constituição (PEC 171/1993), que ele pretende votar na Câmara até o fim de junho. Antes disso, porém, a PEC precisa também do aval do Senado.

Opinião

Ao ser questionado se a iniciativa do Planalto seria uma forma de o governo esvaziar a tramitação da redução no Congresso, Cunha disse que “se for essa a intenção, de repente pode ser um tiro n’água”.

02 JUN 2015

GAZETA DO POVO ENTRELINHAS

Pode chamar morador de rua de lixo?

Vaza lixo". Foi com essa expressão que um guarda municipal "pôs para correr" um morador de rua, no fim da manhã da última sexta-feira (29). O homem estava num degrau da estação-tubo Bom Jesus, ao lado da Igreja do Cabral. O guarda veio motorizado, pela canaleta, em companhia de outro colega, abriu a janela do carro e soltou o insulto. O morador – que não estava importunando ninguém – desceu a Avenida João Gualberto em disparada. Era um maltrapilho, de pé no chão.

Vínculo?

Questionada, a direção da Guarda Municipal levantou a hipótese de que o morador de rua e o guarda poderiam ser conhecidos – o que faria de "lixão" um tratamento consentido entre os dois, ainda que reprovável. Considerou também a possibilidade de que o morador seja usuário de drogas, dado a pequenos furtos na estação-tubo, o que é comum, e que o policial o estivesse monitorando. "Talvez eles tenham vínculo". A Guarda, porém, entende que nada justifica o tratamento e que vai averiguar quem fazia a ronda na região – que está no limite de duas regionais, Matriz e Boa Vista.

Formação da guarda

Para o inspetor Cláudio Frederico de Carvalho, coordenador da Guarda, o agente fugiu à regra. "Esse procedimento está fora da cartilha", diz. No último ano, segundo ele, a corporação fez 25 mil atendimentos; desses, 14 foram considerados negativos e quatro foram corrigidos, inclusive com exonerações. "Cada membro da Guarda recebe 80 horas de formação a cada ano. Estamos focados no conceito de polícia comunitária. Falhas existem, é claro. Precisamos corrigir", reforça o inspetor, ao ser questionado sobre o papel da Guarda Municipal – que é o de cuidar e não o de humilhar.

02 JUN 2015

GAZETA DO POVO

Presidente e vice do TSE criticam unificação de eleições

Os ministros Dias Toffoli e Gilmar Mendes, presidente e vice-presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), respectivamente, sinalizaram nesta segunda-feira (1.º) serem contrários à unificação das eleições em uma mesma data. Apesar de dizerem que a decisão será do Congresso, os ministros consideram que a unificação poderá “afogar” a Justiça Eleitoral e dificultar a realização dos pleitos.

Toffoli disse que a mudança vai concentrar “uma quantidade de demandas e de processos num determinado período”, o que não ocorre com a disputa diluída em duas, como acontece atualmente.

No modelo em vigor, são escolhidos em uma eleição o presidente da República, governadores, senadores e deputados federais e estaduais. Dois anos depois, são escolhidos os prefeitos e vereadores. A Câmara discute a possibilidade de unificar todas as disputas numa mesma data com o objetivo de otimizar gastos.

“Evidentemente que dilui a demanda tendo eleições a cada dois anos. As eleições de 2012, entre prefeitos vereadores, tiveram 535 mil candidaturas. A unificação pode levar esse número à casa de milhões. A questão é, para a Justiça Eleitoral, a concentração de trabalho. É a única questão que a Justiça Eleitoral coloca”, afirmou o presidente do TSE.

Apesar das críticas à proposta, Toffoli disse que a Justiça Eleitoral vai “sempre cumprir” as determinações do Congresso caso os parlamentares optem pela unificação.

Mendes afirmou que a “lógica” das duas eleições são diferentes, o que pode trazer dificuldades caso a unificação seja aprovada.

Financiamento

Os dois também defenderam que o Supremo Tribunal Federal espere uma decisão do Congresso sobre o financiamento das campanhas eleitorais para definir a questão. Mendes prometeu apresentar seu voto até o início de agosto no julgamento que vai decidir se partidos e candidatos podem receber doações de pessoas jurídicas. Em abril de 2014, o ministro pediu vista da ação e não apresentou o voto até hoje.

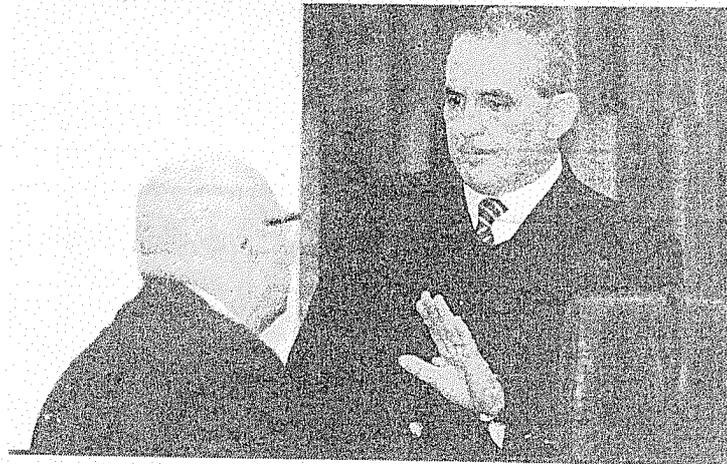
MAIS MUDANÇAS

O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), cobrou a realização de uma reforma política mais profunda no sistema eleitoral. Ele defendeu a aprovação de temas como a fixação de cláusula de barreira para diminuir o surgimento de partidos nãnicos, a fixação de um teto de contribuições para os candidatos e o fortalecimento das siglas.

02 JUN 2015

FOLHA DE LONDRINA

Justiça condena Romanelli e Moura por contratação de 'fantasmas'



Condenados em primeira instância, Luiz Cláudio Romanelli e Nereu Moura continuarão nos cargos e informaram que vão recorrer ao Tribunal de Justiça

Rubens Chueire Jr.
Reportagem Local

Curitiba – Em decisão proferida na semana passada, mas tornada pública somente ontem, o juiz Roger Vinicius Pires de Camargo Oliveira, da 3ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba, condenou os deputados Luiz Cláudio Romanelli (PMDB) e Nereu Moura (PMDB), pela contratação de funcionários “fantasmas” na liderança do partido no início do ano 2000.

Entre eles estaria Elza Chrispim Calixto, que aparece como “funcionária fantasma” da Assembleia Legislativa (AL) do Paraná, entre os anos de 2000 e 2001. Conforme a acusação do Ministério Público, Elza trabalhava como doméstica para a família do senador Roberto Requião

(PMDB), mas foi registrada como funcionária fantasma no gabinete da liderança da legenda na AL.

Como a decisão é de primeira instância, os dois parlamentares vão recorrer. Romanelli, líder do governo na Casa, negou as acusações e ressaltou que seu envolvimento se deu de forma indevida no processo. Ele foi condenado à suspensão dos direitos políticos por oito anos, perda da função pública e ressarcimento integral do ano. “Sou inocente e não ocupava nenhuma função pública na época dos fatos, não era nem deputado. Obviamente é uma decisão provisória na medida que cabe recurso ao Tribunal de Justiça. No âmbito do processo criminal, o próprio Ministério Público considerou que

faltava justa causa sobre a minha atuação e me excluiu da ação penal”, disse.

O deputado ainda disse que acredita que seu nome foi citado na ação por causa de sua relação com o chefe do gabinete do PMDB na época dos fatos, Paulo Gomes Jr. “Tenho convicção que, ao término da análise por uma câmara colegiada, o resultado da decisão será revertido. Não participei de forma direta ou indireta desse assunto.”

CONTINUA

02 JUN 2015

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Já Nereu Moura foi condenado à suspensão dos direitos políticos por dez anos, perda da função pública e devolução do prejuízo aos cofres públicos. “Vou recorrer ao Tribunal de Justiça e tenho esperança que a decisão possa ser revista. Não tem como manter uma decisão absurda, então fico tranquilo”, disse. Segundo o deputado, uma perícia pedida por ele, e autorizada pela Justiça, demonstrou que a assinatura no ofício de nomeação da funcionária demonstrou que a assinatura não era dele. Ele ainda destacou que quando ficou sabendo da funcionária “fantasma” afirmou que a exonerou.

02 JUN 2015

FOLHA DE LONDRINA

MP diz que réus confirmam exploração sexual em audiência

Felizardo

Reportagem Local

Londrina – O auditor Luiz Antônio de Souza e a jovem Carla de Jesus foram ouvidos ontem pela juíza Zilda Romero, na 6ª Vara Criminal de Londrina, na continuação da primeira audiência do esquema de exploração sexual desmontado em janeiro em Londrina. A audiência começou no dia 20 do mês passado, quando a vítima e testemunhas foram ouvidas, mas foi adiada após a intimação de mais uma testemunha de acusação.

Os réus, que haviam assinado acordo de delação premiada com o Ministério Público, deram ontem a versão oficial dos fatos para a Justiça. A defesa do auditor pediu uma acareação entre os dois policiais que prestaram depoimentos como testemunhas de acusação, mas o pedido foi indeferido pela juíza. O advogado de Souza, Eduardo Duarte Ferreira, sustentou que o cliente não chegou a consumir o ato



Promotora Susana Lacerda: previsão é que sentença saia em 20 dias

com a adolescente.

A promotora Susana Lacerda informou que os dois réus confirmaram os fatos e que o processo segue para a fase final. “Concluída a instrução, os réus foram interrogados e o processo segue para o término. Após a última manifestação das partes, ocorre a sentença”, detalhou. Segundo a promotora, não há uma data confirmada, mas há previsão que a sentença saia em 20 dias. “A prova era incontestada pelo flagrante, pela con-

fissão, pela manifestação da vítima. Portanto, não havia dúvidas”, completou.

Como o caso corre em segredo de justiça, os detalhes não foram revelados. A promotora informou também que a defesa pediu a juntada de um documento relativo ao registro da arma encontrada com o réu. “Nesse caso também há uma discussão de posse irregular de arma de fogo. A juíza estabeleceu o prazo de dois dias para estes documentos vir aos autos”.

02 JUN 2015

FOLHA DE LONDRINA INFORME

Cidadão honorário

O presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), desembargador federal Tadaaqui Hirose, recebeu o título de Cidadão Honorário de Arapongas (Região Metropolitana de Londrina). A cidade faz parte da trajetória do magistrado, que é filho de imigrantes japoneses e passou a infância e a juventude no município. A indicação do título de cidadania honorária a Hirose foi proposta pelo vereador Aroldo Cesar Pagan (PHS).

02 JUN 2015

FOLHA DE LONDRINA

Auditor quer vender bens para devolver R\$ 20 milhões

Luiz Antonio de Souza propõe à Justiça leilão de fazendas para cumprir acordo de delação premiada

Edson Ferreira e
Loriane Comeli

Reportagem Local

O auditor da Receita Estadual de Londrina, Luiz Antonio de Souza, que já prestou mais de 40 horas de depoimento ao Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), revelando como funcionava o esquema de corrupção e cobrança de propina de empresários que sonegavam impostos estaduais, pediu à Justiça para antecipar a venda de bens que pretende usar para cumprir o acordo de delação premiada que firmou com os promotores.

Segundo seu advogado, Eduardo Duarte Ferreira, Souza vai devolver, inicialmente R\$ 20 milhões. Ferreira disse que o auditor "poderia deixar para pagar a indenização apenas ao final do processo, mas pretende cumprir todas as obrigações do acordo de delação o mais rápido possível". O dinheiro terá origem da venda de duas fazendas que estão em nome da

mãe do auditor e sua irmã, Roseneide de Souza, que acabou sendo presa na operação Publicano por ser "laranja" do irmão. Conforme trecho da petição à 3ª Vara Criminal, as fazendas – cada uma com 1,5 mil hectares – ficam no município de Rosário do Oeste (MT). Uma está avaliada em R\$ 11 milhões e a outra em R\$ 9 milhões. No pedido, Souza sugere a venda pública, ou seja, leilão das propriedades.

Segundo o Gaeco, o patrimônio do auditor seria de aproximadamente R\$ 40 milhões. Souza possui ainda uma casa em um condomínio de alto padrão na Gleba Palhano. O advogado, porém, não quis revelar o valor total da indenização definido com o Ministério Público (MP) do Paraná, mas não descartou que outros imóveis do auditor entrem no acordo. Questionado se as fazendas foram adquiridas com dinheiro de propina, Ferreira afirmou que "não, necessariamente".

Pelas cláusulas do acordo de delação premiada, a entrega do valor se dará "a título de indenização/ressarcimento cível, abrangendo as sanções decorrentes de ato de improbidade, pelos danos que reconhece causados pelos diversos crimes" (não só contra a administração pública, mas de lavagem de ativos, contra a dignidade sexual de vulnerável, dentre outros).

Os depoimentos de Souza, que está preso desde 13 de janeiro após ser flagrado com uma adolescente em um motel, começaram no final de abril. Até agora, segundo o que revelou Ferreira à imprensa, ele entregou mais de cem pessoas e empresas – incluindo 35 auditores. Com a primeira fase da Operação Publicano, o Gaeco havia identificado a participação de 15 auditores. Souza também revelou, segundo Ferreira, que a organização criminosa, em dez anos, teria arrecadado mais de R\$ 50 milhões em propina e causando um rombo de pelo menos R\$ 500 milhões aos cofres do estado.

CONTINUA

02 JUN 2015

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

O auditor também revelou um esquema de arrecadação de propina supostamente destinada à campanha de reeleição do governador Beto Richa (PSDB). Dois milhões de reais teriam sido arrecadados em 2014. O PSDB nega qualquer doação ilegal na campanha.

O MP, que deverá se manifestar sobre a antecipação da venda das propriedades, preferiu não comentar os detalhes do acordo de delação premiada.

02 JUN 2015

FOLHA DE S. PAULO

Governo aposta nas bases contra redução da maioria penal

Gestão Dilma avalia que não há tempo de elaborar opção à proposta que prevê julgar como adulto a partir de 16 anos

Após presidente da Câmara dizer que vai votar emenda neste mês, três ministros foram mobilizados

MARINA DIAS
RANIER BRAGON
DE BRASÍLIA



Eduardo Cunha (PMDB-RJ), presidente da Câmara

Diante das declarações do presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), prevenido para este mês a votação da proposta que reduz a maioria penal, o governo já admite que não terá tempo para elaborar uma alternativa à emenda constitucional que muda de 18 para 16 anos a idade para que um infrator seja punido como adulto.

Hoje, a lei estabelece interação máxima de três anos para menores infratores.

Nas palavras de um ministro, o governo vai "deixar o processo rolar", participando ao máximo das discussões e tentando mobilizar a esquerda e as bases do PT.

A presidente Dilma escalou os ministros José Eduardo Cardozo (Justiça), Miguel Rossetto (Secretaria Geral da Presidência) e Pepe Vargas (Direitos Humanos) para ir ao Congresso e posicionar o governo no debate contra a redução da maioria penal.

Nesta segunda-feira (1), em resposta pública a Cunha, o ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social, Edi-

nho Silva, disse que Dilma pediu à Casa Civil que coordene um grupo ministerial para tratar do assunto.

"[O grupo] vai pensar outras medidas no sentido de combater a impunidade e aumentar a pena dos adultos que se utilizam dos adolescentes para a prática criminosa", disse Edinho.

"O governo da presidente Dilma não acredita que a redução da maioria penal vá reduzir a criminalidade no Brasil", afirmou o ministro.

Em entrevista à **Folha**, em abril, o ministro da Justiça afirmou que o governo "estava na fase final de elaboração de um projeto de lei" que agrava a pena de adultos que utilizam crianças e adolescentes para cometer crimes.

Sobre uma alternativa à redução da maioria penal, porém, Cardozo disse que estava em "processo de discussão."

O governo estudava, inclu-

sive, discutir o projeto do governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), que aumenta o tempo máximo de detenção de menores infratores sem reduzir a maioria penal. Cardozo definiu a proposta como "polêmica", mas disse que estava "aberto a discuti-la".

CEM ANOS

Cunha voltou a defender a proposta de redução da maioria penal, afirmando que a discussão já está mais do que madura. "Se 22 anos não é tempo suficiente, vai ser o que, 100 anos?"

O relator do projeto na comissão especial, Laerte Bessa (PR-DF), que é delegado da Polícia Civil, deverá apresentar seu texto na semana que vem defendendo a redução da maioria penal para 16 anos.

"A posição majoritária é essa", afirmou ele. "Uma coisa é certa: o ECA não funciona e nunca funcionou."

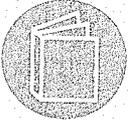
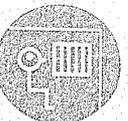
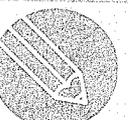
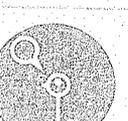
FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

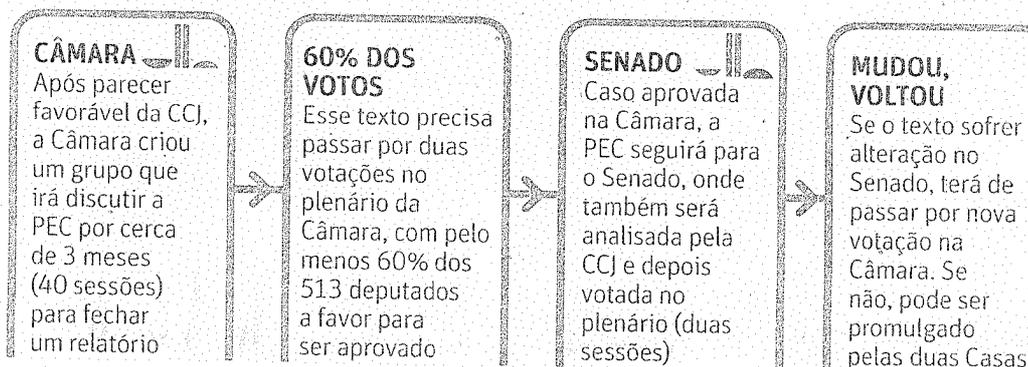
02 JUN 2015

ARGUMENTOS DA DISCUSSÃO

Veja o que especialistas dizem sobre a redução da maioria

	CONTRA	A FAVOR
 Possibilidade de mudança da Constituição	O artigo 228 da Constituição que define a maioria penal aos 18 anos é uma cláusula pétrea, isto é, não pode ser mudado, pois é um direito fundamental	A definição da maioria penal é tema de política criminal que não deveria estar na Constituição. As cláusulas pétreas servem apenas como garantia contra ditaduras
 18 anos como marco da maioria penal	Jovens com idades entre 16 e 18 anos ainda não têm formação cerebral completa e maturidade suficiente para distinguir claramente o que devem ou não fazer	É desigual permitir que um jovem vote a partir dos 16 anos, mas impedir que seja punido como um adulto. Geração de hoje amadurece mais rápido que as anteriores
 Sistema prisional brasileiro	Jovens seriam alvo de facções criminosas ao serem presos com adultos. Prisões já estão superlotadas e iriam ficar ainda mais	Após a mudança na Constituição, poderiam ser construídos presídios para os jovens com idades entre 16 e 18 anos que foram condenados por crimes
 Estatísticas criminais	Prazo máximo de 3 anos de internação é suficiente, especialmente nos casos de roubo, principal crime hoje cometido pelos adolescentes	Na prática, são poucos os jovens que ficam até 3 anos internados, aumentando a sensação de impunidade. Por isso, jovens continuam a cometer crimes
 Resposta à população	Apesar de a maioria da população defender a mudança, o debate está no começo. Sociedade mudou de opinião ao discutir o Estatuto do Desarmamento	Pesquisas mostram que a maior parte da população é favorável à redução da maioria penal. Mudança corresponderia ao anseio popular
 Contexto internacional	Para a Unicef, órgão da ONU, a redução é uma afronta à Convenção sobre os Direitos da Criança. Brasil foi o primeiro a assiná-la, em 1989	Convenção limita-se a vedar penas perpétuas, cruéis, desumanas, degradantes e de morte para crianças, mas não impede mudar a maioria

O CAMINHO DA PROPOSTA NO CONGRESSO



02 JUN 2015

FOLHA DE S. PAULO

Procurador diz que advogado de Youssef desprezou acareação

Andrey Mendonça afirma que foi o defensor do doleiro que comparou contradições de delatores a 'bosta seca'

Sugestão de Youssef para que fosse ouvido junto com ex-diretor da Petrobras foi descartada em reunião

DE SÃO PAULO

Um dos procuradores da República que atuam nas investigações da Operação Lava Jato apontou um advogado do doleiro Alberto Youssef como o autor da frase em que as contradições entre os delatores do caso foram comparadas a "bosta seca", ou seja, algo que não deveria ser tocado pelos procuradores.

Em mensagem publicada em sua página pessoal no Facebook no fim de semana, o procurador Andrey Borges de Mendonça identificou o advogado Luiz Gustavo Flores como autor da comparação.

A frase foi usada numa audiência recente para rebater uma sugestão do próprio doleiro para que fosse ouvido junto com o ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa,

num momento em que a proposta de acareação era contestada por alguns dos participantes do interrogatório.

Procuradores da República e delegados da Polícia Federal que atuam na Lava Jato acompanharam a audiência, além de advogados do doleiro. Uma gravação com um trecho da audiência foi divulgada na semana passada pelo jornal "O Estado de S. Paulo".

No vídeo, em que apenas o rosto de Youssef aparece, um dos presentes atacou a sugestão da acareação sugerindo que ela poderia trazer complicações: "Esse é o tipo de coisa que, quanto mais mexe, pior fica. Se volta, muda, aí pronto... A questão toda".

Em seguida, outro participante do encontro, que Men-

donça identificou como Flores, comentou: "É a teoria bosta seca: mexeu, fede".

A Folha perguntou a Mendonça quem era o autor do primeiro comentário, mas ele pediu que a pergunta fosse feita à assessoria de imprensa da Procuradoria Geral da República. A assessoria informou que não tinha conseguido identificar o autor até a noite desta segunda-feira (1º).

Na audiência com Youssef, pouco antes dessas manifestações, o procurador Mendonça reconheceu que havia divergências entre Youssef e Costa sobre o ex-ministro da Casa Civil Antonio Palocci e o senador Edison Lobão (PMDB-MA), e lembrou que houve tentativas de esclarecer as contradições, sem sucesso.

"Aí essas coisas a gente perguntou, reperguntou... Chega um ponto que também não dá para a gente também... Se não, a gente vai estar até pressionando o senhor", afirmou Mendonça.

Na quarta-feira (27), Mendonça negou desinteresse na acareação. "Nosso objetivo é chegar à verdade e não descartamos a acareação", afirmou. O advogado Luiz Gustavo Flores disse que prefere não se manifestar sobre o caso.

“Essas coisas a gente perguntou, reperguntou... Chega um ponto que não dá [...] Se não, a gente vai estar até pressionando o sr.

ANDREY BORGES DE MENDONÇA
procurador da República, em resposta à
acareação sugerida por Alberto Youssef

02 JUN 2015

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL

Do outro lado da praça

A discussão sobre a maioria penal expõe a divisão entre o vice-presidente e coordenador político do governo, Michel Temer, e a ala petista do Palácio do Planalto. Temer acha que o governo não deve articular a votação no Congresso nem se opor de forma institucional à redução da maioria. O próprio vice acredita que a revisão da idade não é a melhor solução para a violência, mas comunga da tese de Eduardo Cunha (PMDB-RJ) de que esse não é um tema do governo.

contraponto

Suprema descontração

No fim de maio, o Supremo decidiu que, mesmo com a aprovação da PEC da Bengala no Congresso, os ministros da corte não precisariam passar por uma nova sabatina quando atingissem 70 anos. Na sessão, Gilmar Mendes deu risada durante a leitura do voto de Luiz Fux.

Quando assumiu a palavra, Mendes pediu desculpas.

Depois, esclareceu que não estava dando risada do voto do colega — mas, sim, de uma piada contada por outro dos ministros.

— Não consegui me conter! Ele fez críticas ao voto de vossa excelência por ter me citado reiteradas vezes — brincou Mendes com Fux.

MÔNICA BERGAMO

SÓ PARA MAIORES

A Justiça vetou a participação de dois menores, de 10 e 13 anos, na peça “Memórias de um Gigolô”, produzida por Miguel Falabella. Eles participariam de cenas consideradas impróprias, em que falaria, por exemplo, sobre masturbação.

EU DIGO NÃO

A decisão é de Flávio Brittas, juiz da Infância e Juventude do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região. A produção da peça diz que aguarda “uma decisão final”.

02 JUN 2015

BEMPARANÁ

"Fantasmas"

O juiz Roger Vinicius Pires de Camargo Oliveira, da 3ª Câmara Cível de Curitiba, condenou os deputados estaduais Nereu Moura (PMDB) e Luiz Cláudio Romanelli (PMDB) pela contratação de Elza Crispim como funcionária "fantasma" da Assembleia Legislativa, entre 2000 e 2001. Segundo a denúncia do Ministério Público Estadual, na época, ela trabalhava como doméstica da família do senador Roberto Requião (PMDB), mas foi registrada como funcionária comissionada da Liderança do PMDB no Legislativo. Moura foi condenado à suspensão dos direitos políticos por dez anos, perda da função pública e devolução do prejuízo aos cofres públicos. Romanelli foi condenado à suspensão dos direitos políticos por oito anos, perda da função pública e ressarcimento integral do ano.

Perícia

Ambos negam as acusações e disseram que vão recorrer. Moura diz que perícia pedida por ele e autorizada pela Justiça demonstrou que a assinatura no ofício de nomeação da funcionária demonstrou que a assinatura não era dele. "O juiz não levou isso em consideração", afirmou o líder peemedebista. Romanelli alega que sequer tinha mandato ou cargo na época, e só foi envolvido por ser amigo do então chefe de gabinete da Liderança peemedebista na Casa, Paulo Gomes Júnior. "Sou inocente. Não era deputado, nem ocupava cargo nenhum na ocasião. Tanto que o Ministério Público me excluiu da ação penal", afirmou.

Trôco

O deputado Requião Filho protocolou ontem uma ação popular com pedido de liminar para bloquear R\$ 1,3 bilhão nas contas do governo estadual para garantir o reajuste de 8,17% aos professores. Ele alegou que a iniciativa segue o mesmo conceito da ação da Procuradoria Geral do Estado que pediu o bloqueio de R\$ 1,2 milhão das contas da APP-Sindicato por desobediência à ordem judicial que considerou a greve ilegal.



Trabalhadores da Justiça fazem ato

Servidores do Judiciário paranaense fazem, nesta semana, uma série de atos dentro da campanha salarial da categoria. O primeiro ato aconteceu ontem, quando eles se fizeram uma manifestação em frente ao Tribunal de Justiça. Hoje eles fazem nova marcha pelas ruas da capital partindo da frente do TJ. Amanhã, o ato será repetido no TJ. Entre outras, os trabalhadores pedem tratamento igual entre servidores do primeiro e segundo grau. Corrigir a distorção salarial com tabela única e aplicar as mesmas regras nos procedimentos administrativos, conforme recomendação do CNJ. Eles pedem uma data certa para a solução das pendências.

02 JUN 2015

TRIBUNA DO PARANÁ

AUDITOR DIZ QUE VAI DEVOLVER PROPINA

Fábio Calsavara

Além do auditor fiscal Luiz Antonio de Souza, outras pessoas da família dele, como a irmã e também auditora Rosângela Semprebom, firmaram acordo de delação premiada junto ao Ministério Público (MP). Irmãos, esposa, sogra e até mesmo a mãe do auditor prestaram depoimento ao Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco). A informação foi confirmada pelo advogado do auditor, Eduardo Ferreira, ontem, em entrevista à RPC TV.

Dentro desses acordos, a devolução de parte do patrimônio amealhado por Souza por meio de propina foi proposta pela defesa. O advogado pediu a alienação antecipada de bens do auditor. Na prática, o valor das duas propriedades rurais no Mato Grosso, estimado em R\$ 20 milhões, deve ser devolvido aos cofres públicos. Além das fazendas, "outros procedimentos financeiros devem ser contemplados para a compensação do estado", disse o advogado, sem detalhar quais seriam tais procedimentos.

REVELAÇÃO

Souza foi o primeiro auditor a fechar acordo. Ele revelou suposto esquema de arrecadação de R\$ 2 milhões em propina para alimentar a campanha do governador Beto Richa (PSDB) à reeleição. O governador nega. Contra o auditor também pesam investigações sobre abuso sexual de menores.

FANTASMAS-

Os deputados Luiz Cláudio Romanelli e Nereu Moura, ambos do PMDB, foram condenados por atos de improbidade administrativa na Assembleia Legislativa. A decisão em primeira instância é da 3.^a Vara da Fazenda Pública, de Curitiba. Ainda cabe recurso. De acordo com a sentença, Nereu e Romanelli contrataram funcionários fantasmas na liderança do PMDB entre 2000 e 2001. A assessoria de Nereu Moura informou que ele vai recorrer. Romanelli afirmou que também irá recorrer. "Sou acusado por algo que ocorreu em um período em que eu não estava na Assembleia", disse.

02 JUN 2015

TRIBUNA DO PARANÁ

MÃE CONTRA O ESTADO

Rodrigo Batista

A mãe da adolescente Bárbara Silveira Alves, morta aos 16 anos após ser baleada por policial militar, que perseguia assaltantes no Santa Cândida, vai entrar com ação na Justiça contra o governo estadual. Geovania da Silveira vai pedir indenização por causa da morte da filha, em 1.º de outubro de 2014.

Decisão do Tribunal do Júri desclassificou a acusação de homicídio doloso contra o soldado Marcio Augusto Cardoso de Paula, que disparou o tiro que atingiu a adolescente. Com isso, o processo seguirá na Justiça Militar, onde o agente já era alvo de processo pelo caso por homicídio culposo (quando não há a intenção de matar).

Geovania quer a condenação do Estado por possíveis falhas cometidas pelo agente.

02 JUN 2015

TRIBUNA DO PARANÁ

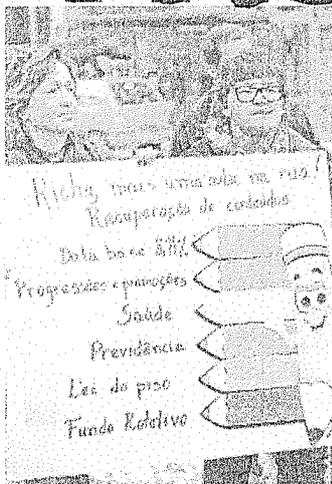
NÃO PASSA!

Sem acordo, deputados não vão votar projeto com reajuste dos servidores

Euclides Lucas Garcia

A pesar das afirmações do governador Beto Richa (PSDB) de que a atual proposta de reajuste salarial ao funcionalismo público é “irrecusável”, o presidente da Assembleia Legislativa, Aedmar Traiano (PSDB), anunciou ontem que não colocará o projeto em votação enquanto não houver acordo entre o governo e servidores.

Ontem à noite, deputados da base aliada e setores do governo se reuniram no Palácio Iguazu pra discutir uma nova proposta, que garantiria a reposição de toda a inflação de



Professores lideram pressão.

8,17% neste ano. Tirada de uma reunião entre deputados governistas e da oposição, a proposta levada a Richa prevê a aplicação de 3,45% de reajuste em outubro e de 4,56% em dezembro. A data-base do funcionalismo seria mantida em maio.

No projeto enviado à Assembleia na semana passada, o governo oferece reajuste de 3,45% parcelado em três vezes, mais

uma correção da inflação de 2015, estimada em 8,5%, a ser paga em janeiro de 2016. Pra isso, a data-base passaria de 1.º de maio para 1.º de janeiro.

Enquanto permanecer o impasse, Traiano disse que não dará tramitação aos projetos de reajuste aos servidores dos outros poderes do estado.

OPOSIÇÃO

O deputado Requião Filho (PMDB) ingressou na Justiça com uma ação popular em que pede o bloqueio de R\$ 1,3 bilhão das contas do governo pra garantir o pagamento do reajuste de 8,17%. Ele argumenta que é dever do Executivo previsto em lei garantir a reposição inflacionária aos servidores. “Se o governo acha certo bloquear a conta da APP-Sindicato pra pagar a multa de uma greve que ainda se discute na Justiça, é justo que se bloqueie a conta do governo pra garantir o reajuste previsto em lei, que deveria ser dado em 1.º de maio”, afirmou, da tribuna da Casa.